

RONY VAINZOF
DANIELLE SERAFINO
ALINE STEINWASCHER

Coordenação

LEGAL INNOVATION

○ FUTURO DO DIREITO E O
DIREITO DO FUTURO

Alex Silva dos Santos
Alexandre Pacheco da Silva
Aline Steinwascher
André Filipe de M. Batista
Andrei Gutierrez
Caio César Carvalho Lima
Camila Cerqueira
Camillo do Vale Jimene
Carolina Filiage de Mattos
Celeida M. Celentano Laporta
Danielle Campas Lima Serafino
Eduardo Molan Gaban
Felipe Rodríguez Alvarez
Florence Terada
Gisele Karassawa
Henrique Fabretti Moraes
Humberto Chiesi Filho
Juliana Oliveira Domingues
Juliano Maranhão
Leandro Gonzales
Marc Tawil
Marcella Costa
Marcelo de Castro Cunha Filho
Marco Almada
Marcos Gomes da Silva Bruno
Marcos Vinícius Barros Ottoni
Maria Gabriela Grings
Mária Olívia
Mariano Luz Zonari
Marina Feterbaum
Mônica Magalhães
Paula Cardoso
Paulo Silva
Pietra Daneluzzi Quinelato
Ricarda Campas
Rony Vainzof
Tiago Neves Furtado
Vanessa Fortunata Zaccaria
Vanessa Vilarino Louzada

Prefácio
RENATO OPICE BLUM

Como o mundo jurídico vai ser
impactado pela inovação e o Direito
aplicado às novas tecnologias

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

1912 • 2022
110
ANOS

LEGAL INNOVATION
O Futuro do Direito e o Direito do Futuro

RONY VAINZOF, DANIELLE SERAFINO E ALINE STEINWASCHER
Coordenação

© desta edição [2022]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO

Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacr@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2022]

Profissional

Fechamento desta edição [26.01.2022]



ISBN 978-65-5991-313-8

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
----------------	---

BLOCO I O FUTURO DO DIREITO

1. O FUTURO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS	21
DANIELLE CAMPOS LIMA SERAFINO	
Introdução	21
A teoria da inovação disruptiva como um horizonte	23
Tipos de inovações	24
A inovação disruptiva e o Direito	25
A padronização do Direito	27
Cenário nos grandes e pequenos escritórios de advocacia	28
As ferramentas tecnológicas no mundo jurídico	30
A análise jurídica e a importância dos dados	33
A inteligência das máquinas	34
Como funcionam, na prática, os novos modelos de negócios jurídicos? ...	35
Ceticismo tecnológico	37
Dificuldades para se inovar	38
Proteção e barreiras regulatórias	40
O fator Covid-19 no processo de inovação do Direito	41
Efeitos da disrupção inovativa no Direito	43
Para onde irá o mercado jurídico?	44
Conclusão	45
2. A DISRUPÇÃO DO MERCADO JURÍDICO	49
MÔNICA MAGALHÃES	
A inteligência artificial	51

A disrupção da experiência do cliente.....	53
O mundo é movido a dados	54
Dilemas éticos da evolução.....	56
Como navegar a inovação disruptiva no século 21.....	57
Evolução da transformação digital no Direito.....	59
3. PESSOAS E CULTURA: A PEDRA ANGULAR DA TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA	61
CAROLINA FILLAGE DE MATTOS e ALINE STEINWASCHER	
DNA de inovação, por que isso é importante agora?	62
A complexidade neurológica do ser humano e como ela impacta nossa capacidade criativa	62
Por tudo isso, pessoas estressadas têm capacidade limitada de inovar	63
Compreender o impacto dessas reações pode significar, no ambiente profissional, maior ou menor engajamento ou maior ou menor nível de criatividade.....	65
As dimensões das interações sociais e seu impacto na criatividade humana.....	65
Como a cultura organizacional afeta o <i>mindset</i> das pessoas.....	69
A importância do acolhimento ao erro.....	75
Este capítulo, em resumo.....	76
Caso real: entrevista.....	77
4. LEGAL DESIGN E VISUAL LAW NA PRÁTICA.....	81
DANIELLE LIMA SERAFINO e PAULA CARDOSO	
Introdução.....	81
Sobre a linguagem.....	82
O que é o Legal Design.....	84
Design Thinking, o combustível do Legal Design	86
Sobre o Visual Law	87
Como reconhecer um bom design	88
Conclusão.....	90
5. PLAIN LEGAL BY DESIGN	93
MARIANA LUZ ZONARI	
1. Introdução.....	93

2.	O que é Linguagem Simples?	94
2.1.	Um breve histórico do movimento internacional da Linguagem Simples	97
2.2.	A Linguagem Simples no Brasil	99
2.3.	Críticas à Linguagem Simples	102
2.3.1.	Crítica #1: afinal, o que é Linguagem Simples?	102
2.3.2.	Crítica #2: Linguagem Simples ameaça a precisão técnica	102
2.3.3.	Crítica #3: Existe um valor na complexidade que é ignorado pela Linguagem Simples.....	103
2.3.4.	Crítica #4: Escrever em Linguagem Simples é emburrecer a comunicação, torná-la infantil e anti-intelectual	103
3.	A importância da Linguagem Simples no Direito	104
4.	Aplicação de Linguagem Simples como etapa prévia e obrigatória do Direito Visual	105
5.	Conclusão.....	107
6.	Referências bibliográficas	108
6.	O FUTURO DA COMUNICAÇÃO VISTO DO PRESENTE	113
	MARC TAWIL	
	O poder do agora	114
	A agilidade do agora.....	115
	A habilidade do século	116
	Supercomunique!	118
7.	COMO PODEMOS USAR OS DADOS A FAVOR DO DIREITO	121
	ANDRÉ FILIPE DE M. BATISTA e FELIPE RODRIGUEZ ALVAREZ	
1.	Introdução	121
2.	O tratamento de dados no direito.....	124
2.1.	Parametrização de dados.....	125
2.2.	Saneamento de dados.....	125
2.3.	Provisões e contingências	126
3.	A remodelagem da profissão jurídica no século dos dados.....	127
3.1.	Continuar como está.....	127
3.2.	Rejeição irracional à tecnologia	128

3.3.	Miopia tecnológica	128
3.4.	A tal da Inteligência Artificial.....	129
4.	Por que a tecnologia e os dados não ameaçam o conhecimento? ...	129
	Bibliografia	130
8.	JURIMETRIA E A APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS AO DIREITO.....	133
	VANESSA VILARINO LOUZADA	
1.	Introdução	133
2.	Panorama histórico.....	134
3.	A estatística aplicada ao Direito	138
4.	A jurimetria	139
5.	Pilares da jurimetria.....	141
5.1.	Políticas públicas – elaboração legislativa	141
5.2.	Decisão judicial – <i>accountability</i> do Judiciário	141
5.3.	Estratégias e instrução probatória	141
6.	Vantagens na utilização da jurimetria	142
7.	O papel da tecnologia na era dos dados e a cultura <i>data-driven</i>	142
8.	A inteligência artificial e o <i>Legal Analytics</i>	144
9.	As bases de dados jurídicas	146
10.	Dados estruturados e desestruturados. Como começar?.....	146
11.	Os tipos de análise de dados.....	147
11.1.	Análise descritiva	147
11.2.	Análise diagnóstica	148
11.3.	Análise preditiva	148
11.4.	Análise prescritiva	148
12.	Aplicações.....	149
13.	Alguns desafios na utilização dos dados.....	149
14.	Conclusão.....	152
	Referências	152
9.	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O QUE É E COMO PODE SER APLICADA AO MUNDO JURÍDICO.....	155
	ANDRIEI GUTIERREZ	
	Inteligência Artificial: a cerejinha do bolo da Revolução Digital	155
	IA na transformação e na reinvenção das organizações	158

Repensando as atividades dos escritórios de advocacia e departamentos jurídicos.....	160
Automação e o futuro da advocacia.....	162
10. DO CAOS À ORDEM, COMO A AGILIDADE PODE GERIR A COMPLEXIDADE DAS ORGANIZAÇÕES JURÍDICAS.....	165
LEANDRO GONZALES	
1. Os desafios de um novo milênio	165
2. A Teoria da Complexidade	167
3. A Teoria da Complexidade e a classificação dos problemas – os 5 contextos	168
3.1. Contextos simples: o domínio das melhores práticas.....	169
3.2. Contextos complicados: o domínio dos especialistas.....	169
3.3. Contextos complexos: o domínio da emergência.....	169
3.4. Contextos caóticos: o domínio da resposta rápida	170
3.5. Desordem	170
4. As organizações e a Teoria da Complexidade: um contexto inerentemente complexo	170
5. A estrutura tradicional de trabalho nos escritórios de advocacia e departamentos jurídicos e o caos	172
6. A necessidade de uma nova estrutura de trabalho que gerencie a complexidade do mundo moderno.....	174
7. Elementos básicos de uma estrutura ágil e a administração da complexidade	176
8. Conclusão.....	181
Bibliografia	183
11. A INOVAÇÃO NA GESTÃO DE DEPARTAMENTOS JURÍDICOS: LEGAL OPERATIONS	185
PAULO SILVA e VANESSA FORTUNATO ZACCARIA	
“O futuro não é mais como era antigamente”	185
“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”	188
PPT... Não é PowerPoint, é <i>Legal Operations</i>	190
CLOC e ACC: as bússolas em <i>Legal Operations</i>	196
CLOC versus ACC: quem vence a batalha sobre o melhor modelo?	197
Yes, nós temos bananas	198

Sim, estamos contratando	200
<i>Legal Operations</i> : um caminho sem volta	200
12. EDUCAÇÃO JURÍDICA DO FUTURO: NOVAS TECNOLOGIAS, MODELOS MENTAIS E DISRUPÇÃO	203
ALEXANDRE PACHECO DA SILVA e MARINA FEFERBAUM	
1. Modelos mentais e o desafio para a formação jurídica.....	203
2. A “computação onipresente” e os vetores da mudança no mercado jurídico	206
3. Pensamento computacional e o advogado como um “engenheiro de transações”	213
4. FGV Direito SP: novas tecnologias e experimentações.....	221
5. Considerações finais: a busca pela <i>Halicin</i> na formação jurídica....	224
6. Bibliografia	227
13. SKILLS DO ADVOGADO 4.0	229
MARIA OLÍVIA	
1. Introdução	229
1.1. Mundo 4.0 e advocacia	229
1.2. Competências comportamentais como diferencial competitivo	230
2. Empreendedorismo	232
3. Liderança.....	233
4. Marca pessoal.....	234
5. Administração de tempo	236
6. Criatividade	238
7. Conclusão.....	239
8. Bibliografia	240
BLOCO II	
O DIREITO DO FUTURO	
14. APLICAÇÕES E REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL... ..	243
RONY VAINZOF	
1. Introdução	243
2. Conceito de IA	244

3.	Questões éticas	248
4.	<i>Accountability</i> e avaliação de impacto da Inteligência Artificial....	256
5.	Formas de regulação	260
6.	Conclusão.....	261
	Referências	262
15.	DATA PROTECTION BY DESIGN E DATA PROTECTION BY DEFAULT...	265
	CAIO CÉSAR CARVALHO LIMA, MARCO ALMADA e JULIANO MARANHÃO	
1.	Introdução	266
2.	Movimento de <i>privacy by design</i> e histórico legislativo	269
2.1.	Histórico legislativo	269
2.2.	Os sete princípios da <i>privacy by design</i>	273
2.2.1.	Proatividade, não reatividade; prevenir, não re- mediar.....	273
2.2.2.	Privacidade como padrão.....	274
2.2.3.	Privacidade como parte indissociável ao desenvol- vimento.....	274
2.2.4.	Funcionalidades integrais: “soma-positiva, e não ‘soma-zero’”	274
2.2.5.	Segurança de “ponta a ponta”: proteção completa ao ciclo de vida dos dados	274
2.2.6.	Visibilidade e transparência	275
2.2.7.	Respeito à privacidade do usuário.....	275
3.	Implementando o <i>data protection privacy by design e by default</i>	276
3.1.	Estado da arte.....	276
3.2.	Custo de implementação	277
3.3.	Natureza, escopo, contexto e propósito do tratamento de dados	278
3.4.	Riscos para os direitos e as liberdades das pessoas decor- rentes do tratamento de dados	278
3.5.	Estratégias para alcançar o DPbDD	278
4.	Mecanismos de certificação e <i>enforcement</i> pelas autoridades de proteção de dados	285
5.	Considerações finais.....	286
	Referências bibliográficas	287

16. DADOS PESSOAIS, ANONIMIZADOS E PSEUDONIMIZADOS – ELEMENTOS PARA SUA DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO EM PROGRAMAS DE PRIVACIDADE.....	289
HENRIQUE FABRETTI MORAES e TIAGO NEVES FURTADO	
1. Introdução.....	289
2. O que é dado pessoal?.....	291
3. O que é dado anonimizado?.....	294
4. Quando e como aplicar a anonimização e a pseudonimização e no contexto de um programa de governança em privacidade e proteção de dados.....	296
4.1. Em que momento deve-se avaliar a aplicação de técnicas de desidentificação?.....	299
4.2. E quais medidas devem ser adotadas para a implementação de um processo de desidentificação?.....	301
4.2.a. Técnicas de anonimização e pseudonimização	304
4.2.b. Medidas jurídicas e de governança.....	306
5. Conclusão.....	307
Bibliografia.....	307
17. CRIPTOMOEDAS COMO MOEDA: QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES?.....	309
MARCELO DE CASTRO CUNHA FILHO	
1. Introdução.....	309
2. Incerteza.....	313
2.1. Confiança na moeda.....	315
3. Três conceitos de moeda e as bases institucionais da confiança no objeto monetário.....	316
3.1. A teoria do dinheiro mercadoria ou do dinheiro <i>commodity</i>	316
3.2. A teoria estatal da moeda.....	319
3.3. A teoria institucional da moeda.....	324
4. Discussão e conclusão.....	329
5. Referências.....	330
18. A REVOLUÇÃO DOS SMART CONTRACTS.....	333
MARCOS GOMES DA SILVA BRUNO	
I. Introdução.....	333

II.	A oportunidade por trás dos <i>smart contracts</i>	334
III.	A segurança tecnológica do <i>smart contract</i>	339
IV.	A segurança jurídica do <i>smart contract</i>	340
V.	Conclusão.....	343
	Bibliografia	343
19.	PRESERVAÇÃO DE PROVAS DIGITAIS EM BLOCKCHAIN	345
	CAMILLA DO VALE JIMENE e ALEX SILVA DOS SANTOS	
1.	Por que precisamos falar sobre provas digitais?	345
2.	Quais os principais desafios das provas digitais?.....	346
3.	Existe na legislação previsão sobre provas digitais?	348
3.1.	O que prevê o código de processo civil?	349
3.2.	O que prevê o código de processo penal?	352
4.	O que é Blockchain?	354
5.	É possível preservar provas digitais em Blockchain?.....	356
5.1.	Precedentes no Brasil e no mundo	358
6.	Conclusão.....	361
7.	Referências	362
20.	ONLINE DISPUTE RESOLUTION NAS PLATAFORMAS DIGITAIS	365
	HUMBERTO CHIESI FILHO e CELEIDA M. CELENTANO LAPORTA	
1.	Introdução	365
2.	O ser humano no centro da questão	366
3.	Justiça acessível sem a necessidade de acesso aos autos de um processo.....	369
4.	ODR – Uma realidade nas plataformas digitais	371
5.	Tribunal multiportas e o novo arquétipo do procedimento digital.....	373
6.	Princípios, políticas públicas e dispositivos legais	374
7.	Conclusão.....	381
	Referências bibliográficas	381
21.	DIREITO ANTITRUSTE E BIG DATA NOS MERCADOS DIGITAIS ...	385
	JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES, EDUARDO MOLAN GABAN e PIETRA DANELUZZI QUINELATO	
1.	Introdução	385

2.	Um novo conceito para os operadores do direito: <i>Data-Driven Economy</i>	386
2.1.	Regulação de dados no Brasil e seus desafios.....	388
3.	<i>Big Data</i> : definições e características.....	390
4.	Experiência internacional: como lidar com Dados, Plataformas ou Ecossistemas Digitais?	392
5.	Desafios do Direito Antitruste diante dos Mercados Digitais.....	397
	Considerações finais	401
	Referências bibliográficas	402
22.	USO DO BIG DATA E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE	407
	MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI	
	Premissas conceituais	410
	Usos da IA para o setor de saúde	412
	Medicina diagnóstica e Medicina Preditiva	412
	Cuidados clínicos	413
	Aplicação da IA para pesquisas em saúde e desenvolvimento de medicamentos	414
	Aplicação em saúde pública e vigilância em saúde pública	415
	Princípios para uso da IA na saúde.....	416
	Proteção da autonomia	416
	Promoção do bem-estar humano, segurança humana e do interesse público.....	417
	Garantir transparência e permitir explicações inteligíveis	417
	Promover responsabilidade e prestação de contas (<i>accountability</i>)	418
	Garantir inclusão e equidade	419
	Promover IA que seja responsiva e sustentável	419
	Riscos a serem observados	420
	Conclusões	422
23.	OPEN BANKING E PIX: INOVAÇÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MERCADO FINANCEIRO	425
	FLORENCE TERADA e CAMILA CERQUEIRA	
1.	Introdução	425
2.	Open Banking e Pix: elementos centrais da agenda de inovação do Banco Central do Brasil.....	426

2.1.	Open Banking ou Sistema Financeiro Aberto.....	427
2.2.	Pix	433
2.2.1.	Panorama geral – cenário internacional de pagamentos instantâneos	434
2.2.2.	Desenvolvimento do Pix no Brasil – breve panorama legal e regulatório.....	435
2.2.3.	Importância do Pix	436
3.	Desafios e Oportunidades do Open Banking e do Pix.....	438
4.	Considerações finais	440
24.	LEGAL SWOT: UMA NOVA ABORDAGEM JURÍDICA PARA STARTUPS.....	441
	MARCELLA COSTA e GISELE KARASSAWA	
1.	Introdução	442
2.	Análise SWOT	443
2.1.	Por que planejar?	443
2.2.	Estrutura organizacional e planejamento estratégico.....	444
2.3.	Conceito e elementos da MATRIZ SWOT	446
3.	Legal SWOT.....	449
3.1.	Aplicação no universo jurídico	449
3.2.	Mapeamento – Matriz Legal SWOT	452
3.2.1.	Quem é? Como vive? Do que se alimenta?	452
3.2.2.	Assessment do Ambiente Interno	452
3.2.3.	Assessment do Ambiente Externo.....	454
3.2.4.	Exemplo de Matriz Legal SWOT	456
3.3.	Diagnóstico e implementação	458
3.3.1.	Diagnóstico: avaliação da inter-relação entre os quadrantes	458
3.3.2.	Implementação dos Planos de Ação	461
4.	Conclusão.....	463
25.	SANDBOX E AUTORREGULAÇÃO REGULADA: UMA ANÁLISE COMPARADA EUROPA-BRASIL	465
	RICARDO CAMPOS e MARIA GABRIELA GRINGS	
1.	Introdução	465
2.	Sandbox regulatório	466

3.	Autorregulação regulada.....	472
4.	Conclusão.....	476
5.	Referências bibliográficas	477